

ARTICULANDO EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR POR MEIO DAS ARTES NO PIBID/UFRGS

Luana Pagel de Mello ¹
Mariana Ferreira Pereira ²
Luciane da Costa Cuervo ³

RESUMO

Este relato de experiência é vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolvido no Núcleo Interdisciplinar Música e Artes Visuais. Visa articular os temas de educação especial (EE) e educação ambiental (EA) em propostas pedagógicas artísticas, almejando a interdisciplinaridade. Há uma necessidade urgente de transversalizar a conscientização ecológica em todos os níveis de ensino, inclusive na EE, na qual práticas sensoriais e artísticas podem ser potentes canais de desenvolvimento cognitivo, social e emocional. O objetivo foi analisar como a EA pode ser incorporada a essa modalidade de ensino, utilizando as artes como eixo metodológico, bem como expor o desenvolvimento e a aplicação de um plano de aula que aborde essas questões. A metodologia combinou revisão bibliográfica e observações realizadas na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Luiz Francisco Lucena Borges, instituição dedicada a estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir disso, um plano de aula em conformidade com objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborado e estruturado em encontros com experimentação prática: paisagem sonora e frotagem no jardim da escola; monotipia; e colagem sensorial integrando as produções anteriores. Os resultados indicam que, apesar do alto engajamento sensorial e da integração dos eixos, a proposta não fomentou uma reflexão ambiental crítica e profunda, mantendo-se numa esfera mais estética e experimental. Conclui-se que a experiência evidencia a viabilidade do entrelaçamento entre os campos, mas aponta a necessidade de transformar a vivência sensorial em investigação significativa. Isso demanda, conforme aponta a literatura, a criação de sequências didáticas mais extensas, utilização estruturada de recursos visuais e tecnologias assistivas e a formação docente para planejar intervenções onde a arte funcione como linguagem para interpretar e dialogar criticamente com o mundo natural e social que nos cerca.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Ambiental, Artes, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, luanapageldemello@email.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, contato.marianapereira2@gmail.com;

³ Docente do Departamento de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Informática na Educação PPGIE/UFRGS e UCL/Londres. luciane.cuervo@ufrgs.br

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.



Pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, assim como entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva.

O autor ressalva, no entanto, que qualquer definição cabal do conceito deve ser rejeitada, pois a própria tentativa de defini-lo de forma absoluta seria um gesto disciplinar, não interdisciplinar. Assim, não existe uma definição única possível para a interdisciplinaridade, mas sim tantas quantas forem as experiências em curso no campo do conhecimento (Leis, 2005, p.09).

Nossa escola parceira, a Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Luiz Francisco Lucena Borges, foi fundada em 1989 a partir de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e a Faculdade de Educação da UFRGS, constituindo um importante marco na história da educação especial no município. Voltada inicialmente ao atendimento de crianças psicóticas e autistas, a instituição emerge como resposta à exclusão histórica desses sujeitos dos sistemas educacionais. Inspirada em referenciais pedagógicos e psicanalíticos, sua proposta busca afirmar o direito à educação em uma perspectiva inclusiva, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Para situar este estudo, é fundamental compreender as noções de Educação Especial (EE) e Educação Ambiental (EA). A Educação Especial, conforme o Decreto nº 12.686/2025 (BRASIL, 2025), que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, configura-se como uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis e etapas da educação. Garante o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação em um sistema educacional inclusivo.

A Educação Ambiental, por sua vez, definida pela Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999), a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), refere-se aos processos formativos por meio dos quais indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos e práticas voltados à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade. Trata-se de um componente essencial da educação nacional, devendo ser desenvolvido de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, a EA torna-se obrigatória na EE, assumindo um caráter transversal, perpassando diferentes áreas do conhecimento e práticas pedagógicas.



Ademais, de acordo com França, Olmos e Souza (2019, p.02), a EA e a E.E. possuem outros pontos em comum,

[...] como a reflexão coletiva, a solidariedade, a importância de se contemplar a diversidade sem práticas de exclusão, a não competição, a busca pelo estabelecimento de relações democráticas e igualitárias. [...] A articulação entre educação ambiental e especial vem recebendo recentemente um pouco mais de atenção por parte da comunidade acadêmica. Entretanto, observa-se ainda poucos trabalhos relacionados às crianças e jovens com deficiência intelectual.

Nesse cenário, a adoção de metodologias participativas e contextualizadas mostra-se fundamental, especialmente quando vinculada a experiências concretas e ao cotidiano dos estudantes. Entretanto, persistem desafios, como a escassez de recursos pedagógicos acessíveis e a necessidade de formação docente específica para atuação em contextos inclusivos (Monteiro *et al.*, 2024, p.26).

As artes, nesse contexto, configuram-se como um eixo metodológico potente para a articulação entre Educação Especial e Educação Ambiental. Ao possibilitar formas diversas de expressão — verbais e não verbais —, o ensino de artes favorece o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e amplia as possibilidades de comunicação, expressão e interpretação do mundo - fundamentais para a EE. Além disso, práticas artísticas de caráter sensorial podem contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, ao mesmo tempo em que promovem sensibilização e reflexão sobre questões ambientais (Oliveira *et al.*, 2023, p.404). Assim, a articulação entre EE, EA e artes demanda propostas pedagógicas que integrem experimentação sensorial, intencionalidade crítica e mediação docente, de modo a possibilitar que a experiência estética se desdobre em reflexão e posicionamento diante das questões ambientais.

Diante dessas considerações, este relato de experiência tem como objetivo analisar de que maneira a Educação Ambiental pode ser incorporada à Educação Especial por meio de práticas artísticas interdisciplinares. Para tanto, apresenta-se o desenvolvimento e a aplicação de um plano de aula elaborado a partir de revisão bibliográfica e de observações realizadas na referida Escola Especial Lucena Borges. O plano, alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, foi estruturado em encontros que envolveram experimentações práticas, como paisagem sonora e frotagem no jardim da escola, monotipia e colagem sensorial, integrando as produções desenvolvidas ao longo do processo.

Os resultados evidenciam que a proposta promoveu elevado engajamento dos estudantes, especialmente no que se refere às experiências sensoriais e à integração entre as linguagens artísticas. Contudo, observou-se que a abordagem não foi suficiente para fomentar



uma reflexão ambiental crítica mais aprofundada, permanecendo predominantemente no campo da experimentação estética.

Dessa forma, conclui-se que, embora o entrelaçamento entre Educação Especial, Educação Ambiental e artes se mostre viável e potente, é necessário avançar na construção de propostas pedagógicas que transformem a vivência sensorial em processos investigativos mais significativos. Isso implica o desenvolvimento de sequências didáticas mais longas, o uso estruturado de recursos visuais e tecnologias assistivas, bem como o investimento na formação docente, de modo que a arte possa operar não apenas como meio de expressão, mas como linguagem crítica para interpretar e problematizar as relações entre sujeito, sociedade e natureza.

Nesse contexto, o PIBID configura-se como um espaço privilegiado de formação, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática em situações reais de ensino. Ao inserir os licenciandos no cotidiano escolar e promover o planejamento, a aplicação e a análise crítica de propostas pedagógicas, o programa favorece a construção de uma prática docente reflexiva, capaz de reconhecer limites, reelaborar estratégias e potencializar experiências interdisciplinares como a aqui apresentada.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no núcleo interdisciplinar de Música e Artes Visuais. A investigação foi realizada na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Luiz Francisco Lucena Borges, que atende estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os procedimentos metodológicos articularam dois eixos principais: revisão bibliográfica e observação participante em contexto escolar. A revisão bibliográfica fundamentou as relações entre Educação Especial, Educação Ambiental e ensino de artes, subsidiando a elaboração da proposta pedagógica. A observação participante envolveu o acompanhamento das aulas, a interação com os estudantes e o registro reflexivo das práticas por meio de diário de campo.

Com base nesses elementos, foi elaborado um plano de aula estruturado em três encontros, orientado pelos objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que articulou práticas artísticas e Educação Ambiental por meio de experiências sensoriais. As



atividades envolveram exploração sonora do ambiente, frotagem, monotipia e colagem sensorial, com uso de materiais acessíveis e, sempre que possível, reutilizáveis.

Durante a implementação, o planejamento sofreu adaptações em função de intercorrências do contexto escolar, como condições climáticas e reorganização das turmas, exigindo flexibilidade na condução das atividades.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados o diário de campo e as produções artísticas dos estudantes, compreendidas como registros expressivos do processo. Quanto aos aspectos éticos, foram respeitados os princípios de confidencialidade e preservação da identidade dos participantes, sem utilização de informações que possibilitem sua identificação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta pedagógica desenvolvida partiu do interesse prévio dos estudantes por áreas verdes da escola, buscando articular experiências sensoriais e práticas artísticas como forma de aproximação com a Educação Ambiental. Nesse sentido, as atividades foram estruturadas a partir de técnicas como frotagem, monotipia e colagem sensorial, com ênfase na exploração tátil, visual e auditiva do ambiente. É de suma importância trabalhar questões sensoriais com alunos portadores do TEA porque, segundo Ferreira *et al.* (2024, p.696), eles

[...] frequentemente apresentam respostas atípicas aos estímulos sensoriais, em decorrência de uma desorganização à essas respostas adaptativas, podendo apresentar extremos níveis de sensibilidade a estímulos auditivos, táteis, visuais e olfativos (FURTUOSO; MORI, 2022). Essas desordens sensoriais podem afetar negativamente a qualidade de vida e o bem-estar das crianças, bem como suas famílias.

Ouvir os sons do ambiente vai de encontro com a BNCC (2018, p.203): “Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos”. Para além disso, constatamos que na apreciação da natureza há uma oportunidade para pensar a Educação Ambiental (EA).

Visamos trabalhar a EA por meio do uso sustentável de materiais e técnicas, proposta também pela BNCC (2018, p.201): “Experimentar diferentes formas de expressão artística [...], fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais”. Para isso, iremos propor as técnicas de colagem, frotagem e monotipia, integrando e articulando todas elas. Partindo para as demais técnicas citadas, a



Frotagem é uma técnica que consiste em captar desenhos e texturas de uma superfície. Os resultados podem ser bastante inusitados e interessantes se você variar a força aplicada sobre o giz ou sobre o lápis, e variar, também, as texturas usadas para compor o trabalho. Trata-se de esfregar lápis ou giz de cera sobre uma superfície áspera ou com textura para “provocar” resultados aleatórios de imagens (DINIZ; BRUNO, 2025).

Já a monotipia trata-se de “uma técnica de impressão simples em que se consegue a reprodução de um desenho numa prova única” (MONOTIPIA, 2021). O processo envolve a aplicação de tinta ou pigmentos em algum suporte, e depois transfere-se essa imagem para um papel através do contato. Isso pode ser feito, por exemplo, com uma folha: entinta-se ela e, em seguida, com um rolo ou com as mãos, pressiona-se contra uma folha de papel. É possível observar as nervuras da folha, bem como seu contorno.

Por fim, concluímos que a criação de uma colagem individual ou coletiva temática de natureza e seus sons que mescla as linguagens de colagem, a frotagem e a monotipia, podendo ser sensorial utilizando-se de materiais reciclados e acessíveis - encontrados nas áreas verdes, por exemplo -, figura-se como uma proposta multidisciplinar e multilinguagem. Exercita variados estímulos sensoriais e motricidades, além de integrar a educação ambiental à educação especial.

Planejamos que no primeiro encontro fizéssemos uma atividade de paisagem sonora. Sons da natureza seriam emitidos a fim de exercitar a imaginação e ambientar-se. Após uma explicação da atividade de frotagem, nos direcionaríamos ao jardim da escola. Com folhas e giz de cera em mãos, os alunos seriam encorajados a escolherem texturas para realizarem a atividade. O momento final das aulas seriam destinados a limpeza e organização dos materiais e sala de aula, assim como para a regulação emocional e sensorial dos alunos para retorno a sua sala de aula regular. No segundo encontro, um resgate das folhas e materiais anteriormente usados e que sobraram seria realizado. Os alunos seriam auxiliados a passar tinta nestes objetos, então pressioná-los contra uma folha de ofício para fazer a impressão da imagem. Podendo realizar mais de um trabalho, explorando cores, formas, maneiras de realizar a atividade e testando os limites da prática.

O último encontro seria voltado à atividade de recorte e colagem. Com revistas, papéis, algodão, folhas secas, grãos e outros materiais disponíveis, os alunos seriam convidados a realizar uma colagem sensorial, com textura e que envolva a natureza. Os alunos poderiam incluir as frotagens e monotipias das aulas passadas na colagem.

Entretanto, a implementação da proposta evidenciou desafios significativos relacionados à imprevisibilidade do contexto escolar. No primeiro encontro, a ocorrência de chuva inviabilizou o uso do espaço externo, exigindo a adaptação do planejamento: previmos



como adaptar em caso de chuva e levamos materiais para a aula. A saída ao jardim foi realizada no segundo encontro. Além disso, a unificação de turmas resultou em um número de alunos superior ao previsto, o que impactou diretamente a mediação pedagógica. A necessidade de acompanhamento individualizado, característica da Educação Especial, tornou-se mais difícil de ser atendida, ainda que tenha contado com o apoio de outras professoras. Nesse cenário, a atividade de monotipia assumiu predominantemente um caráter experimental. Limitações materiais — como a dificuldade de transferência das texturas das plantas — e o excesso de estímulos disponíveis contribuíram para uma exploração pouco sistematizada.

Observou-se que muitos alunos não utilizaram todas as possibilidades propostas, o que pode estar relacionado a um quadro de hiperestimulação sensorial, decorrente tanto do número de participantes quanto da variedade de materiais oferecidos. Apesar disso, muitos se mostraram satisfeitos em explorar as texturas das folhas secas e das tintas, o que resumiu esta prática na experimentação. A autora Rosicléia Borges lembra que "[...] nos alunos com TEA, essas experimentações se tornam livres, pois não se espera um resultado, apenas se experimenta, sem se deter muito no significado” (BORGES; PROBST, 2015, p.59).

Apesar dessas limitações, a experiência revelou aspectos relevantes. A exploração das texturas e das tintas gerou interesse em diversos estudantes, ainda que de forma não orientada. Em um caso específico, observou-se alto nível de engajamento, com dedicação contínua à experimentação de cores e composições. Esse tipo de envolvimento reforça o potencial das práticas artísticas como espaço de expressão e investigação sensorial na Educação Especial. Por outro lado, foram identificadas contradições em relação aos objetivos da Educação Ambiental. O desperdício de materiais, como papel, tinta e água, evidencia um distanciamento entre a proposta de uso sustentável e sua efetivação prática. Tal aspecto indica a necessidade de maior intencionalidade pedagógica na articulação entre fazer artístico e consciência ambiental, evitando que a atividade se restrinja ao plano da experimentação estética. A respeito destas dificuldades, Monteiro *et al.* (2024) explica que

a própria natureza dos conteúdos de educação ambiental, que muitas vezes envolvem conceitos abstratos e sistêmicos, representa um obstáculo para o ensino inclusivo. Para alunos com deficiência intelectual ou surdez, esses conceitos podem ser particularmente difíceis de entender sem o uso de metodologias adequadas que tornem o aprendizado mais concreto e visual. Conforme destacado por Demamann (2006) o desenvolvimento de práticas educativas que incentivem a percepção crítica do aluno sobre o meio ambiente demanda um esforço adicional por parte dos educadores para adaptar as informações de forma acessível, o que nem sempre é possível devido à falta de recursos e apoio institucional.



No segundo encontro, a realização da atividade de frotagem no espaço externo proporcionou condições mais favoráveis à proposta. O contato direto com o ambiente natural favoreceu o engajamento dos estudantes, que demonstraram curiosidade e surpresa ao perceber as texturas reveladas no papel. Diferentemente do encontro anterior, observou-se maior envolvimento espontâneo, com alguns alunos ampliando a atividade para além do que havia sido proposto. Esse resultado sugere que a experiência concreta com o ambiente desempenha um papel fundamental na construção de sentidos em Educação Ambiental, especialmente quando associada a práticas sensoriais. Ainda assim, a atividade mostrou-se novamente curta, indicando a necessidade de readequação do tempo pedagógico e da complexidade das propostas.

Observamos que nossa proposta pode reforçar estereótipos que limitam o ensino de artes na educação especial a exercícios de motricidade e estímulos sensoriais. Para transcender essa visão reducionista, a incorporação da dimensão ambiental como eixo crítico e reflexivo pode conferir maior propósito e intencionalidade pedagógica às atividades. Contudo, é necessário cautela para não reproduzir, por outro lado, a abordagem superficial e puramente estética frequentemente associada à educação ambiental, na qual as atividades são tratadas de forma desconectada de problemáticas reais e da urgência de transformação de hábitos em direção à sustentabilidade. Considera-se, portanto, mais adequado para o perfil de nossos estudantes evitar a sobrecarga teórica e priorizar a ênfase no uso de materiais sustentáveis, promovendo práticas que minimizem impactos ambientais. Isso pode se dar por meio do incentivo de diálogos contextualizados e pela valorização sistemática de materiais reutilizáveis e reciclados em processos criativos.

De modo geral, os resultados apontam que a articulação entre Educação Especial, Educação Ambiental e artes mostrou-se potente no que se refere ao engajamento sensorial e à experimentação artística. No entanto, apresentou limitações na promoção de uma reflexão ambiental mais crítica, permanecendo, em grande medida, no campo da sensibilização. Torna-se necessário, portanto, pensar estratégias que articulem a experiência sensível a processos de mediação mais intencionais, capazes de produzir significados e relações com questões socioambientais mais amplas.

Em suma, a integração da questão ambiental na educação especial exige uma abordagem multifacetada, que inclua recursos adaptados, tecnologias assistivas, formação docente específica e políticas inclusivas. A colaboração entre educadores, especialistas em tecnologia e formuladores de políticas é essencial para criar um ambiente educacional inclusivo, onde todos os alunos estejam preparados para enfrentar os desafios ambientais do futuro (RODRIGUEZ et al., 2022 apud MONTEIRO et al., 2024, p. 5-6).



Dessa forma, destaca-se a importância de sequências didáticas mais longas e estruturadas, da organização mais criteriosa dos materiais e da mediação docente como elementos centrais para qualificar a articulação entre esses campos. A experiência analisada evidencia, portanto, que o entrelaçamento entre Educação Especial, Educação Ambiental e artes é viável e promissor, mas demanda planejamento contínuo e aprofundamento teórico-prático para que se constitua como prática pedagógica crítica e significativa.



Momento de elaboração da atividade com estudantes da EMEEF Prof.º Luiz Francisco Lucena Borges. Outubro, 2025. Fotografias por Luana Pagel de Mello.



Atividade realizada por estudante da EMEEF Prof.º Luiz Francisco Lucena Borges. Novembro, 2025. Fotografias por Luana Pagel de Mello.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente relato de experiência analisou as possibilidades de articulação entre Educação Especial, Educação Ambiental e práticas artísticas interdisciplinares a partir da elaboração e implementação de uma proposta pedagógica em contexto escolar. Os resultados evidenciam que esse entrelaçamento é viável e potente, especialmente no que se refere ao engajamento sensorial, à ampliação das formas de expressão e à participação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As práticas desenvolvidas demonstraram que a arte, enquanto linguagem sensível e multimodal, constitui um importante mediador no processo educativo, favorecendo a exploração do ambiente por diferentes canais perceptivos. No entanto, também se evidenciaram limites, sobretudo na construção de uma reflexão ambiental crítica, uma vez que as atividades tenderam a permanecer no campo da sensibilização estética. Dessa forma, destaca-se a necessidade de transformar experiências sensoriais em investigações mais significativas, por meio de propostas pedagógicas intencionais e estruturadas, com sequências didáticas mais extensas e estratégias que articulem a prática artística a problemáticas socioambientais.

Nesse contexto, ressalta-se o papel do PIBID como espaço formativo que possibilita a experimentação, análise e reelaboração de práticas pedagógicas em situações reais de ensino, especialmente em contextos inclusivos. Por fim, aponta-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a relação entre Educação Especial e Educação Ambiental nas artes, sobretudo no desenvolvimento de metodologias que integrem sensibilização e reflexão crítica, ampliando as possibilidades de uma educação estética e ambientalmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 10/2024 – PROGRAMA NACIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID**. Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29052024_Edital_2386922_SEI_2386489_Edital_10_2024.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, (2025). Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, (1999). Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CUERVO, Luciane. **Núcleo Interdisciplinar Música e Artes Visuais — 2025: Plano de Aula Colaborativo "Cartografias Afetivas - Nossas Identidades Sonoras e Visuais"**. Porto Alegre: UFRGS/CAPES/PIBID, 2025. 13 p.

DINIZ, Giovane; BRUNO, Nathália. Criarte: **frotagens!**. Disponível em: <https://fcs.mg.gov.br/criarte-frotagens/>. Acesso em: 27 set. 2025.

FERREIRA, Renata de Araújo et al. Compreendendo as alterações sensoriais em crianças autistas: uma revisão literária. **Brazilian Journal Of Implantology And Health Sciences**, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 694-705, 07 dez. 2024.

FRANÇA, B. S.; OLMOS, I. D. F.; SOUZA, T. N. de. Educação ambiental e educação especial: uma reflexão sobre estratégias didáticas. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2019 (pp. 1, 9). Disponível em: uffs.edu.br (p. 9). Acesso em: 6 abr. 2026.

LEIS, Héctor R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, Florianópolis, n. 73, ago. 2005.

MONOTIPIA. 2021. **Gravura na Tulipa**. Disponível em: <https://www.gravuranatulipa.com.br/post/monotipia>. Acesso em: 27 set. 2025.

MONTEIRO, Jorge Alberto S.; FEITOSA, Marcelo G; GOMES, Laura Jane; SANTOS, Luiz R. O.. A educação ambiental na educação especial: uma revisão de literatura. **Revista Tópicos**, (s. l.), p. 1-39, out. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14757793. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br>. Acesso em: 6 abr. 2026 (pp. 1, 9, 39).

OLIVEIRA, Mariana D. L.; MOREIRA, Livia A.; GRANADO, Ana Paula; SOBRINHO, Asdrúbal B. F.; NEGREIROS, Fauston. Educação inclusiva e ensino de Artes. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 40, n. 123, p. 403-416, 2023. DOI: 10.51207/2179-4057.20230037.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spode. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

